

## UMA NOTA SOBRE UMA TEORIA MEDIEVAL ACERCA DE INEXISTENTES

Ernesto Perini-Santos  
*Departamento de Filosofia,  
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil*

**RESUMO:** Algumas soluções medievais para o sofisma '*omnis homo de necessitate est animal*' postulam um tipo especial de ser, o ser da essência (*esse essentiae*), que explica como uma predicação necessária pode ser verdadeira sobre seres cuja existência é contingente. O ser da essência, distinto do ser efetivo (*esse actuale*), admite apenas propriedades necessárias. Deste traço se seguem duas diferenças em relação a teorias meinonguianas acerca do não ser. Inicialmente, segundo Meinong, o tipo de propriedade de um objeto é independente de ele existir – o chamado 'Princípio da Independência'. Além disto, o ser da essência não é parte da explicação da intencionalidade. Teorias medievais que julgam dever explicar a intencionalidade pela postulação de um tipo especial de ser não o fazem pela postulação do *esse essentiae*. Objetos meinonguianos, por seu vez, servem para explicar tanto a intencionalidade quanto a distribuição intuitiva de valores de verdade para sentenças sobre inexistentes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sofisma, Inexistentes, *esse essentiae*, *esse actuale*, Princípio da Independência, Meinong, *Anonymus Liberanus*, *Anonymus Tabarroneus*.

**ABSTRACT:** Some medieval solutions to the sophism '*omnis homo de necessitate est animal*' postulate a special kind of being, the being of essence (*esse essentiae*), in order to explain how a necessary predication can be true about beings whose existence is contingent. The *esse essentiae*, distinct from the actual being (*esse actuale*), has only necessary properties. From this feature of medieval theories, two differences with contemporary Meinongian approaches follow. Firstly, according to Meinong, the sort of property an object has does not depend on its ontological status – the so-called 'Independence Principle'. Moreover, the *esse essentiae* is not part of the account of intentionality. Medieval theories that deem necessary to postulate a special kind of being to explain intentionality do not postulate the *esse essentiae*. Meinongian objects, on the other hand, are part of the account of intentionality and of the evaluation of sentences about non-existents.

**KEYWORDS:** Sophism, non-existents, *esse essentiae*, *esse actuale*, Independence Principle, Meinong, *Anonymus Liberanus*, *Anonymus Tabarroneus*.

## 1. Um problema acerca de inexistentes

Que tipos de propriedade um inexistente pode ter? Nenhuma, parece ser a resposta correta. Mas quem deseja estes animais no seu zoológico, certamente os quer com algumas propriedades. A razão, ou pelo menos uma razão para se aceitar tais animais é que algumas frases sobre eles parecem ser verdadeiras e não falsas ou desprovidas de sentido. Deste modo, quem aceita inexistentes deve aceitar pares de frases com a seguinte forma:

- i.  $a$  é  $F$
- ii.  $a$  não existe

Uma instanciação deste esquema é:

- iii. Sherlock Holmes é um detetive,
- iv. Sherlock Holmes não existe.

A explicação mais simples da aceitação de frases como (iii) e (iv) é que inexistentes podem ter propriedades, e há boas razões para se aceitar (iii) e (iv). Quem recusa (iii) deve ou bem se informar mais sobre literatura, ou bem adquirir boas armas semânticas. É possível também recusar (iv), mas, mais uma vez, quem o fizer deverá ou bem verificar o recenseamento dos habitantes da Londres vitoriana, ou bem possuir um instrumental ontológico sofisticado.

Mesmo se a aceitação de (iii)-(iv) parece natural para quem estiver disposto a se aventurar fora do domínio do ser, uma certa literatura medieval que aceita algumas instanciações de (i) e (ii) não aceitaria frases como (iii). Ela aceitaria, no entanto,

- v. Sherlock Holmes é um homem.<sup>1</sup>

Assim, segundo esta hipótese medieval, a conjunção de instanciações de (i) e (ii) só vale para alguns valores de  $F$ .

---

<sup>1</sup> Bem, não exatamente (v): os exemplos de indivíduos inexistentes são indivíduos que existiram, mas não existem mais, como César. Tanto quanto conheço, pelo menos na literatura que examinarei, não há indivíduos ficcionais como em (iii)-(v).

Neste artigo, vou tentar explicar o contraste entre estas duas posições. Vou começar apresentado brevemente uma versão genérica de uma teoria meinonguiana, que permitirá uma formulação mais precisa do problema esboçado acima. Em seguida, vou examinar a introdução de um tipo especial de ser, o *esse essentiae*, distinto do *esse actuale*, numa versão do sofisma ‘*omnis homo de necessitate est animal*’. Finalmente, irei contrastar os resultados obtidos com uma outra tese medieval sobre um outro tipo de ser também distinto do *esse actuale*, postulado para explicar a intencionalidade de atos mentais. Ao realizar este contraste, estenderei um pouco o *corpus* examinado, restringindo-me ainda a versões do sofisma ‘*omnis homo de necessitate est animal*’. Este contraste permitirá também uma nova comparação com teorias contemporâneas sobre o não-ser.

## 2. Um pouco de teorias contemporâneas do não-ser

A história das teorias contemporâneas sobre o não-ser pode ser contada mais ou menos do seguinte modo. Brentano defendeu as teses que (a) todo ato intencional tem um objeto e (b) este objeto é interno ao ato. Estas teses são apresentadas nesta célebre passagem:

Todo fenômeno mental é caracterizado pelo que os Escolásticos da Idade Média chamavam a inexistência [*Inexistenz*] intencional (e também mental, claro) de um objeto, e que nós, ainda que por uma expressão não totalmente desprovida de ambigüidade, podemos chamar da relação a um conteúdo, o direcionamento a um objeto (pelo que nenhuma realidade é entendida), ou uma objetividade imanente. Todo fenômeno mental contém algo como seu objeto *nele mesmo*, embora nem sempre do mesmo modo. *Numa* apresentação, algo é apresentado, *num* julgamento, algo é aceito ou rejeitado, *no* amor, amado, *no* ódio, odiado, *no* desejo, desejado, e assim por diante.<sup>2</sup>

Por ‘inexistência intencional’, Brentano designa a existência na mente, e não a não existência. Meinong aceita (a), mas recusa (b): o objeto (externo, independente da mente) de um ato mental deve ser distinguido de seu conteúdo (interno).<sup>3</sup> Como nós podemos pensar em

---

<sup>2</sup> Brentano 1973 (1874), 68.

<sup>3</sup> A tese (a) é reafirmada no abertura de *Sobre a teoria do objeto*, In Braida 2005: 93; para a recusa de (b), ver, e.g., 108, 112. Para um caminho paralelo em Kazimierz Twardowski tem um papel importante nesta história; ver Braida 2005, 43-88.

objetos inexistentes, o resultado de se manter (a) e se recusar (b) é a aceitação de objetos (externos, independentes da mente) inexistentes.

Esta história não parece ser inteiramente infiel a uma das motivações centrais do florescente Meinonguianismo contemporâneo: a aceitação de objetos inexistentes é pelo menos parcialmente motivada pela explicação da intencionalidade nos termos brentanianos, i.e., pela aceitação de (a).<sup>4</sup> Para desempenhar o papel de objetos intencionais, inexistentes devem poder ter um amplo conjunto de propriedades. Nós pensamos sobre inexistentes com todo tipo de propriedade: Sherlock Holmes, por exemplo, é detetive, é inglês, mora na Baker Street 221A e assim por diante.

Esta não é a única motivação para a extensão do domínio do ser. A *gigantomachia* entre Russell e Meinong, que durante boa parte do século XX pareceu decidida em favor do primeiro e que entrou no século XXI com um resultado bem mais incerto, diz respeito à distribuição de valores de verdade entre sentenças acerca de inexistentes, o que parece ser o caso aqui. Contra Russell, para quem (iii) é falsa se (iv) for verdadeira, mas também contra Strawson, para quem instâncias do esquema (i)-(ii) resultam sem valor de verdade, Meinong pode manter que (iii) e (iv) são ambas verdadeiras. Esta distribuição de valores de verdade se explica pelo fato de objetos inexistentes, e mesmo objetos impossíveis, terem propriedades. Assim, são verdadeiras as seguintes frases:

v. A montanha dourada é de ouro.

vi. O círculo quadrado é quadrado.<sup>5</sup>

Como um inexistente pode ter uma propriedade? O princípio da independência é a tese crucial de Meinong aqui:

---

<sup>4</sup> Ver, e.g., Priest: “The noneist strategy is a very natural one. Thus, for example, when one fears something, one has a direct phenomenological experience of a relation to the object of the fear. And the phenomenology is quite independent of whether or not the object *actually* exists. What more appropriate, then, to suppose that objects may exist or not, and that their existential status is irrelevant to whether or not they can be the target of an intentional state? The noneist generosity extends, note, just as much to impossible objects as possible objects. For one can think of the greatest prime number just as much as one can think of the smallest. And one can seek both a proof of Goldbach’s Conjecture and a proof of its negation—though one of these cannot exist. An intentional predicate, then, is a relation that may be towards non-being.” Priest, 2005, 57-58. Ver também, e.g., Routley 1980, 34, Berto 2013, 55-57. O noneísmo é a tese que algumas coisas não existem.

<sup>5</sup> “Não apenas a célebre montanha dourada é de ouro como o círculo quadrado certamente é tanto quadrado quanto é redondo.” Meinong, *Sobre a Teoria do Objeto*, In Braidão, 2005, 100.

Tudo isto não muda em nada o fato de que o ser-tal de um objeto não sofre nenhum interdito pelo não-ser [*Nichtsein*] deste objeto. Este fato é suficientemente importante para que nós formulemos como sendo expressamente o princípio da independência do ser-tal em relação ao ser.<sup>6</sup>

Routley, no seu pioneiro, impressionantemente massivo e, de certo modo, bem sucedido esforço de reviver o Meinonguianismo no século XX, formula este princípio do seguinte modo:

[Princípio da Independência] Para que um item tenha propriedades não é preciso e, em geral, não é implicado nem pressuposto que ele exista ou tenha ser.<sup>7</sup>

A extensão do domínio de propriedades acompanha a extensão do domínio de objetos. Nos termos contemporâneos, a tese meinonguiana é que podemos quantificar sobre inexistentes, quer no domínio exterior <*outerdomain*>, i.e., que se estende para além de existentes, quer por uma quantificação ontologicamente neutra. Em outros termos, há indivíduos inexistentes, ou ainda, na frase de Meinong, “há (*es gibt*) objetos a propósito dos quais se pode afirmar (*von denen gilt*) que não há tais objetos”.<sup>8</sup>

Há um outro traço importante da história brentaniana, a saber, a origem medieval de sua teoria da intencionalidade. Se a origem medieval precisa desta tese é menos clara do que se poderia esperar, existe uma conexão entre a teoria brentaniana e temas tratados por filósofos medievais. De fato, muitos textos filosóficos medievais não hesitam em estender o domínio do ser para explicar, justamente, como podemos pensar sobre o que não existe – um objeto de pensamento deve ter pelo menos “um tipo de existência conceitual”.<sup>9</sup> De qualquer modo, se este for o problema, Meinong oferece justamente a saída de que precisamos, tirando objetos do domínio do mental. Mas será que teorias medievais estão de fato próximas do meinonguianismo? Ou ainda, de maneira mais precisa, vamos fazer três perguntas meinonguianas a uma pequena amostra da literatura sofismática medieval:

- 1) O princípio da independência vale para teorias medievais?

---

<sup>6</sup> Meinong, *Sobre a Teoria do Objeto* In Braida 2005: 100.

<sup>7</sup> Routley chama esta tese de ‘*Independence Thesis*’: “[IT] “That an item has properties need not, and commonly does not, imply or (pre)suppose that it exists or has being.” Routley 1980: 24. Ver também, e.g., Perszyk: “The ontological formulation tells us that the nature of an object (its *Sosein*) is independent of its being (*Sein*), or that an object can have properties without having being. The semantic formulation says that a sentence of the form ‘*a is F*’ can be true though the sentence of the form ‘*a is (has being)*’ is false.” Perszyk, 1993, 40.

<sup>8</sup> Meinong, *Sobre a Teoria do Objeto* In Braida 2005, 101.

<sup>9</sup> Ebbesen 1986, 118.

- 2) Que propriedades têm indivíduos inexistentes, se têm propriedades quaisquer?
- 3) O domínio do não ser é povoado por indivíduos?

### 3. Um passo medieval além do ser: o sofisma ‘*omnis homo de necessitate est animal*’, *Anonymus Liberanus* n.6.

Não é simples responder de maneira direta a estas perguntas para toda a diversa literatura filosófica medieval. Minha estratégia nesta seção será de considerar uma literatura específica. Mais precisamente, irei examinar uma versão do sofisma ‘*omnis homo de necessitate est animal*’, o *Anonymus Liberanus* n.6, com algumas referências a uma outra versão anônima do mesmo sofisma, *Anonymus Tabarroneus* n. 2.<sup>10</sup>

Considere a seguinte frase:

vii. *Omnis homo est animal* [Todo homem é animal].<sup>11</sup>

Esta frase é verdadeira se nenhum homem existir? A resposta medieval é que (vii) é verdadeira mesmo quando nenhum homem existe.<sup>12</sup> Não apenas (vii) parece ser verdadeira, mas também o é a frase seguinte:

viii. *Omnis homo de necessitate est animal* [Todo homem é necessariamente animal]

Num primeiro momento, parece que deveríamos dizer que (viii) é falsa, já que homens são entidades contingentes e toda predicação necessária sobre contingentes é falsa. Este é um argumento contra (viii) do *Anonymus Liberanus* n.6:

---

<sup>10</sup> Ambos os textos foram editados em Libera 2009. Para a história do sofisma ‘*omnis homo de necessitate est animal*’, ver Libera 2009, 179-208. Para a definição de ‘*sophisma*’: “Fundamentally, a sophisma is a discussion of a proposition that raises some theoretical issue in logic or grammar because it seems possible to argue with equally good reasons that it is false and true or grammatical and ungrammatical.” Ebbesen e Goubier 2010, 5. Para as diferentes razões para a extensão da ontologia, ver Goubier e Perini-Santos 2015.

<sup>11</sup> Vou manter os exemplos medievais em latim, com a tradução em português entre colchetes na sua primeira ocorrência.

<sup>12</sup> Aquele que não se convencer por este exemplo pode considerar a frase ‘Dinossauros são répteis’. Para nosso argumento, frases com o quantificador universal, como (vi), e frases com genéricos, como ‘Dinossauros são répteis’ e ‘Homens são animais’ – ou ‘*homo est animal*’, a antecedente de (ix) abaixo – são equivalentes. Sobre o significado de genéricos, ver Sterken 2017. Alguns dos problemas tratados em discussões contemporâneas sobre genéricos aparecem na literatura medieval sobre o sofisma ‘*omnis homo de necessitate est animal*’. Note-se, no entanto, que como as predicações tratadas neste sofisma atribuem propriedades (tomadas como) essenciais, elas representam apenas um sub-conjunto do que se compreende por genérico hoje, e ilustram apenas alguns dos problemas discutidos sobre este tema.

Uma composição contingente é falsa quando lhe é acrescentado o modo da necessidade. Mas esta <composição> é contingente, ‘todo homem é animal’ [i.e., (vii)], logo, é falsa <a composição> na qual se lhe acrescenta o modo da necessidade [i.e., (viii)].<sup>13</sup>

O mesmo argumento pode ainda ser apresentado do seguinte modo:

É possível que nenhum homem exista; mas o que não existe não é animal, logo é possível que nenhum homem seja animal. Logo, não é necessário que todo homem seja animal.<sup>14</sup>

Como (vii) pode ser verdadeira sobre uma situação na qual não existem homens? E se a existência de homens é contingente, como (viii) pode ser verdadeira?

Há dois argumentos gerais para se manter a avaliação de (vii) e (viii) como verdadeiras. Um deles consiste em dizer que tais sentenças são verdadeiras em virtude da relação entre os conceitos /homem/ e /animal/.<sup>15</sup> Ora, um conceito permanece mesmo quando a coisa extramental a que ele se refere não existe mais, e se a verdade de (vii) e (viii) decorre da relação entre conceitos, a não existência extramental dos referentes de seus termos não importa. Nas teorias que pensam que um conceito é uma *species* na mente, a manutenção da *species* é suficiente para a verdade de (vii) e (viii).<sup>16</sup>

A outra estratégia é a de postular um tipo de ser capaz de explicar a verdade de (vii) e de (viii).<sup>17</sup> Esta segunda estratégia requer uma distinção entre dois tipos de ser. Para entender o *relatum* que torna frases como (vii) e (viii) verdadeiras, é preciso dar um passo atrás e reconhecer uma outra distinção, entre tipos de necessidade.<sup>18</sup> Há a necessidade da relação

---

<sup>13</sup> *Compositio contingens est falsa, apposito modo necessitates. Sed haec est contingens, ‘omnis homo est animal’; ergo est falsa apposito modo necessitatis.* Libera 2009, 216.

<sup>14</sup> *Possibile est nullum hominem esse; sed quod non est non animal est, igitur possibile est nullum hominem esse animal. Ergo non necesse est omnem hominem esse animal.* Libera 2009, 216.

<sup>15</sup> O termo entre barras designa o conceito a ele associado.

<sup>16</sup> *Item. “Veritas et falsitas circa compositionem consistunt”, ut habetur in primo Perihermeneias; sed hoc est circa intellectum probatum, ergo et veritas et falsitas. Sed rebus non existentibus extra, adhuc possunt remanere species extremorum, quae natae sunt adinvicem componi et dividi; ergo veritas et falsitas possunt esse absque actuali existentia rerum extra animam.* Libera 2009, 225; *Alio modo consideratur veritas secundum se absoluta a rebus, prout consistit circa compositionem et divisionem apud intellectum; et sic exigit quandam entitatem apud animam non rerum, sed intellectus actu componentis et dividendis species rerum natas ad invicem componi et dividi – sive sint res illis correspondentes, sive non –, et sic loquitur Aristoteles de veritate in fine sexti Philosophiae primae.* Libera 2009, 226. Ver também, e.g., João Pedro Olivi, In Brown 1986, 344-345

<sup>17</sup> Para uma análise destas duas estratégias argumentativas para o sofisma ‘*omnis homo de necessitate est animal*’, ver Perini-Santos 2010.

<sup>18</sup> O *relatum* que se busca aqui é o objeto ou os objetos designados por termos ou extremos das frases, ou ainda designados por mecanismos sub-sentenciais, não o significado de frases inteiras, que fornecem um outro



entre os termos de uma sentença (*necessitas habitudinis*) e a necessidade da existência de seus referentes (*necessitas terminorum*). Enquanto o primeiro tipo de necessidade, à primeira vista, não é problemático na situação proposta, parece inevitável recusar (viii) para o segundo tipo de necessidade. É precisamente aqui que a distinção entre diferentes tipos de ser é útil:

<...> na <frase> ‘*omnis homo de necessitate est animal*’, o mesmo é predicado de si [*praedicatur idem de se*], pois o gênero <é predicado> da espécie; o gênero é no entanto <parte> do significado da espécie, e <mesmo> se o animal não existe necessariamente, ainda assim pode necessariamente inerir a seu inferior, pois uma tal inerência não leva à existência [*non ponit existentiam*] dos extremos segundo o ser efetivo [*secundum esse actuale*], mas segundo o ser da essência ou o ser da relação [*secundum esse essentiae vel habitudinale*].<sup>19</sup>

O ser da essência é o correlato mundano de (vii), mesmo sobre situações nas quais não existem homens, o que explica a verdade de (viii) segundo a *necessitas terminorum*.

A distinção entre diferentes tipos de ser é explicada do seguinte modo:

A OUTROS PARECE que <‘*homo est animal*’ [‘o homem é animal’]><sup>20</sup> é verdadeira, embora nenhum supósito de homem permaneça. E estes dizem que não se segue ‘é animal, logo é’ [*est animal, ergo est*], trata-se com efeito da falácia *secundum quidetsimpliciter*, pois na primeira <homem> é unido ao ser da essência,

---

caminho para a extensão da ontologia. O correlato extramental de frases inteiras é o objeto principal de Libera 1991.

<sup>19</sup> <...> *in hac: ‘Omnis homo de necessitate est animal’ praedicatur idem de se, quia genus de specie; genus autem est de significato specie, et si animal non de necessitate sit, adhuc tamen de necessitate potest inesse, et hoc inferiori suo, quia talis inhaerentia non ponit existentiam extremorum secundum esse actuale, sed secundum esse essentiae vel habitudinale.* Libera 2009, 223. As expressões ‘*esse essentiae*’ e ‘*esse habitudinale*’ – que também aparece nas formas de ‘*esse habituale*’, ‘*esse habitu*’, ‘*esse habitudine*’ e ‘*esse habitudinis*’ – serão consideradas sinônimas neste artigo, como o fazem o *Anonymus Liberanus* n.6 e o *Anonymus Tabarroneus* n. 2. Sobre a história destas duas noções, ver Libera 1991. Alain de Libera explica do seguinte modo a expressão ‘*esse habituale*’: “<...> l’*esse habituale* ou *habitudinis* designe l’être d’un rapport topique (une “*habitus localis*”). Cet “être” correspond à la transformation des propositions catégoriques *de inesse* en propositions hypothétiques, i.e. à l’analyse de “*Omnis homo est animal*” em “*Si est homo, est animal*” <...>. La même observation vaut pour l’*esse consequentiae*. Ramenée à “quel que soit *x*, si *x* est un homme, alors *x* est un animal” ( $\forall x$ ) ( $Fx \Rightarrow Gx$ ), la proposition “tout homme est un animal” est évidemment vraie, *nullo homine existente*. C’est ce qu’essaie de traduire la réduction médiévale de la catégorique à l’hypothétique, dans le seul langage à l’époque accessible: celui d’un sens du mot “être” correspondant à un “il y a” non existentiel, permettant d’inférer un “il y a” animal, d’un “il y a” homme, moyennant le mot “si”. La relation “homme, donc animal” est indépendante de l’existence, elle “vaut” du point de vue de l’*esse habitudinis* ou *consequentiae*.” Libera 2002, 57. Mesmo se esta história para origem da expressão ‘*esse habitudinale*’ e suas variantes é plausível, pode-se duvidar que a implicação material corresponda à relação tópica entre /homem/ e /animal/. A verdade de “*Si est homo, est animal*”, compreendida como uma implicação material, na situação na qual não existem homens não demanda qualquer tipo de ser: neste caso, a implicação é verdadeira porque seu antecedente é falso – uma implicação material com um antecedente falso é sempre verdadeira –, não porque diz respeito a um tipo especial de ser. De qualquer modo, a tradução de ‘*esse habituale*’ e de outras formas correlatas por ‘ser da relação’ visa representar a origem desta expressão na relação tópica, como indica Libera. Outras traduções são possíveis; Márquez, por exemplo, traduz por ‘*ser disposicional*’, uma escolha talvez mais elegante (Márquez 2015, 282).

<sup>20</sup>Em ‘*homo est animal*’, ‘*homo*’ é um termo genérico, i.e., refere-se a um tipo, por isto a tradução é ‘o homem é animal’, e não ‘um homem é um animal’. Termos genéricos referem-se a tipos, não a indivíduos.



na segunda, ao ser efetivo [*in prima copulat esse essentiae, in alia esse actuale*]. Se se argumenta contra eles que <o verbo ‘ser’ como> terceiro adjacente põe <o verbo ‘ser’ como> segundo adjacente, de modo que se segue ‘é animal, logo é’, respondem que é verdadeiro apenas onde o ser é o mesmo, a saber, quando em ambas as sentenças se predica o ser efetivo, como em ‘é branco, logo é’ [*est albus, ergo est*].<sup>21</sup>

O ponto de partida do argumento é a frase

- ix. *homo est animal, ergo est* [o homem é animal, logo existe].<sup>22</sup>

Esta implicação é falsa. O antecedente de (ix) é posto em contraste com a predicação accidental, já que é verdadeira a implicação

- x. *homo est albus, ergo est* [um homem é branco, logo existe].

Como o verbo ‘ser’ como segundo adjacente significa o ser efetivo, a inferência do verbo ‘*esse*’ como terceiro adjacente (*est F*) ao verbo ‘ser’ como segundo adjacente (*est*) depende do valor de *F*: a implicação é verdadeira para predicacões accidentais no antecedente, não para predicacões essenciais. Esta é uma primeira versão da tese que buscamos: o domínio além do ser, i.e., além do domínio além do ser efetivo, do *esse actuale*, não admite propriedades accidentais, mas apenas propriedades essenciais. Uma predicacão essencial pode ser verdadeira sobre situações nas quais não existem os referentes dos termos, mas uma predicacão accidental, não.

O *Anonymus Liberanus* n.6 desenvolve o argumento do seguinte modo:

E quando se diz ainda que se segue ‘é ente, logo é’ [*est ens, ergo est*], dizem que o ser é duplo. Em um sentido é o ser da essência [*esse essentiae*], e tal é o ato do ente como nome; em outro sentido, é o ser da existência [*esse existentiae*], e tal é o ato do ente como participio. E a inferência não vale nem num sentido, nem no outro. Quando acrescentado, o verbo ‘é’ não afirma a existência do sujeito, então une<o

---

<sup>21</sup> ALIIS VIDETUR quod haec, etsi nullum suppositum hominis maneant, sit vera. Et isti dicunt quod non sequitur ‘est animal, ergo est’; immo est peccatum secundum quid et simpliciter, quia in prima copulat esse essentiae, in alia esse actuale. Et si arguatur eis quod tertium ponit secundum, ergo hoc verbum <‘est’> tertio adiacens ponet se secundum adiacens, quare sequitur ‘est animal, ergo est’, dicunt quod verum est ubi est esse idem, quando, scilicet, in utraque praedicatur esse actuale, ut hic, ‘est albus, ergo <est>’. Libera 2009, 227.

<sup>22</sup> O caráter necessário e universal da predicacão vem do fato de se tratar de uma predicacão *per se*, como observa Márquez 2015, 274-275. Na terminologia contemporânea correspondente – pelo menos do ponto de vista semântico –, esta é uma predicacão genérica. Em ‘*homo est albus*’, não há uma predicacão genérica, por isto ‘homem’ deve ser antecedido do artigo indefinido na sua tradução em português, contrariamente à tradução de ‘*homo est animal*’, que diz respeito a um tipo. A leitura genérica ou não é induzida pelo tipo de predicacão. Note-se que o verbo ‘*esse*’ como segundo adjacente é traduzido em português por ‘existir’.

sujeito> ao ser da essência, e não ao ser efetivo. Logo não se segue ‘é ente, logo é’. De fato, a cópula sempre é limitada [*contrahitur*] pelo adjunto.<sup>23</sup>

A seleção do tipo de predicação se faz pelo contexto frástico, como explicado pelo *dictum* comum na filosofia medieval: “a cópula sempre é limitada [*contrahitur*] pelo adjunto”.

O *Anonymus Tabarroneus* n. 2 argumenta da seguinte forma:

- xi. si est animal, ergo est substantia* [se é animal, logo é substância].
- xii. si est substantia, ergo est ens* [se é substância, logo é ente].
- xiii. si est ens, ergo est* [se é ente, logo existe].

De (xi) a (xiii), pode-se concluir

- xiv. si est animal, ergo est* [se é animal, logo existe].

Ora, (xiv) é falsa e (xi) e (xii) são verdadeiras. O problema está em (xiii), porque seu antecedente é uma predicação essencial e designa, segundo este texto, o ser análogo comum às dez categorias, e a predicação essencial não exige o ser efetivo, que é significado pelo verbo ‘ser’ como segundo adjacente. O *Anonymus Tabarroneus* n. 2 explica este ponto da seguinte forma:

E se contra isto se argumentar que se segue “se Sócrates é animal, então é substância; e se é substância, é ente; e se é ente, então existe; logo, a partir da primeira, ‘se é animal, então existe’”, deve-se dizer que assim como é duplo o ser [*duplex est esse*], a saber, o ser efetivo e o ser da relação ou da essência [*esse habitudine sive essentiae*], duplo é o ente correspondente a este duplo ser [*duplex est ens correspondens istis duobus esse*]. <Há um> ente que nomeia o ser efetivo, este ente é participio e está na razão do participio dizer o ato, de tal ente se segue ‘é ente, logo existe’ [*est ens, ergo est*]. Mas este ente não se segue da substância, nem do animal, nem é um comum análogo superior aos dez gêneros. Outro é o ente que responde ao ser da relação e este ente é um nome. Está na razão do nome, com efeito, que diga a relação [*quod dicat habitum*], e não é um participio, a não ser que o nome seja um participio. Este é um comum análogo à substância e ao ato, e deste <ente> não é verdadeiro que se siga ‘<é> ente, logo existe’ [*ens ergo est*]. Trata-se, ao contrário, de um argumento <que peca pela falácia> *secundum quid et simpliciter*.<sup>24</sup>

<sup>23</sup> *Et cum ulterius dicitur quod sequitur ‘est ens, ergo est’, dicunt quod duplex est esse. Uno modo est esse essentiae, et tale actus entis, ut est nomen; alio modo est esse existentiae, et tale est actus entis, ut est participium. Et ita nec unum esse infert aliud, nec unum ens aliud. Cum autem superadditur huic verbo ‘est’ non dicit existentiam subiecti, copulat tunc esse essentiae; tunc autem non copulat esse actuale. Ideo non sequitur ‘est ens, ergo est’. Semper enim copula contrahitur per adiunctum. Libera 2009, 227.*

<sup>24</sup> *Et si adhuc opponitur quod bene sequitur « si Sor est animal, ergo est substantia ; et si est substantia, est ens ; et si est ens, ergo est ; ergo a primo si est animal, ergo est », dicendum quod sicut duplex est esse, scilicet esse actuale et esse habitudine sive essentiae, ita duplex ens correspondens istis duobus esse : ens quod nominat esse actuale et illud ens est participium ; unde de ratione participii est est quod dicat actum et de tali ente bene*

O argumento não se aplica apenas a sentenças gerais, mas também a sentenças singulares. O exemplo medieval mais usual de sentença singular neste contexto é

xv. *Caesar est homo* [César é homem].

(xv) é verdadeira, mesmo se César estiver morto. O problema é o mesmo, a saber, como pode ser verdadeira uma predicação sobre um inexistente.

Mais uma vez, há duas estratégias disponíveis. Uma estratégia consiste em dizer que sentenças deste tipo são verdadeiras em virtude da relação entre os conceitos de /César/ e /homem/:

Sobre isto, ALGUNS DIZEM que <(xv)> é verdadeira, quer César exista, quer não exista. E sua principal razão é que “da mudança das coisas fora <da alma> não se segue a mudança da significação das palavras” <...>, e embora ocorra uma mudança nas coisas fora <da alma>, a relação entre os termos ocorre em razão de seus significados. Assim, quer Sócrates exista, quer não exista, sempre permanecerá a mesma relação entre sujeito e predicado, pois permanecem os significados dos termos, e não é necessário que exista algo fora <da alma> para que esta sentença seja verdadeira, nem se deve conceder que ‘homem’ seja predicado de César morto <...><sup>25</sup>

(xv) não é verdadeira sobre um cadáver – segundo um argumento usual na filosofia medieval, há uma incompatibilidade entre ‘homem’ e ‘cadáver’.<sup>26</sup> Basta que permaneça o correlato na mente dos termos das sentenças, no caso de (xv), /César/ e /homem/.

Não é, no entanto, esta estratégia que buscamos, mas antes a postulação do *esse essentiae* para indivíduos. Como esperado, a recusa de (xv) é motivada pela atribuição de uma propriedade ao não ser: ‘César é homem’ predica o ser do não ente [*esse de non ente*], logo é falsa.<sup>27</sup>

---

*sequitur « est ens, ergo est »; sed illud ens [supra lin. M] non sequitur ad substantiam nec ad animal nec est commune analogum supra decem genera. Est autem aliud ens quod respondet esse habituali et illud ens est nomen. De ratione enim nominis est quod dicat habitum nec est participium nisi nomen sit participium; et illud est commune analogum ad substantiam et actum, et de isto non est verum quod sequatur 'ens ergo est'; immo secundum quid et simpliciter est processus. Libera 2009, 227n.*

<sup>25</sup> *Ad hoc DICUNT QUIDAM quod est vera, sive Caesar sit sive non. Et ratio huius praecipua apud illos est, quia “ad transmutationem rerum extra non sequitur transmutatio significationis dictionum” <...>, licet fiat transmutatio in rebus extra, et habitu terminorum est ratione significatorum; et ita, seu Sor sit sive non, semper tamen remanet eorundem eadem habitu in subiciendo et praedicando, cum maneant eadem significata terminorum, nec oportet extra esse ad hoc ut sit vera, nec est concedendum quod ‘homo’ praedicetur de Caesare mortuo <...>. Libera 2009, 231*

<sup>26</sup> Ebbesen 1979.

<sup>27</sup> *Hic praedicatur esse de non ente*” ‘Caesar est homo’; ergo est falsa, Libera 2009, 230.

A resposta consiste em dizer que o ser é duplo, portanto o argumento acima não vale para o sentido de ‘ser’ pertinente, o ser da essência:

Contra este <argumento>, deve-se dizer que o termo representa o ser da essência e tem como <parte do>seu significado César, e assim é predicado; logo é predicado ser do ente.<sup>28</sup>

Um ser não efetivo se estende ao domínio de indivíduos.<sup>29</sup>

Aqui se poderia pensar que a extensão do domínio de indivíduos é um caso da ampliação a indivíduos que não existem no momento da enunciação provocada por verbos no passado e no futuro. Esta, claro, não pode ser a explicação do caso em questão, já que o verbo de (xv) está no tempo presente. A resposta vem, novamente, pela distinção entre predicções essenciais e predicções acidentais:

E quando se responde a eles <i.e., aos que defendem que (xv) é verdadeira> que “termos comuns supondo com verbos que não têm a força de ampliação etc.”, dizem eles que, dos termos, alguns têm supósitos essenciais e acidentais, como ‘homem’ tem como supósitos essenciais Sócrates, Platão, <e> como supósitos acidentais homem branco, <homem> que vem, <homem> que está sentado etc., e estes são os mesmos que os primeiros, mas diferem pela razão, pois ocorre ao homem de correr ou disputar. Outros termos, no entanto, têm supósitos apenas acidentais, como ‘branco’, porque seu ser é ser inerente [*quia eorum esse est inesse*]. Logo, sempre estão por seus supósitos que existem em ato, a não ser que sejam ampliados de outro modo, como por um verbo no pretérito ou no futuro. Estes verbos, de certo modo, estendem os termos que lhe são sujeitos, como ‘um branco existiu’ ou ‘existirá’, pois ‘branco’ está por um ser em ato, mas, em função do verbo, pode estar por pretéritos ou futuros. Dizem assim que a razão acima deve ser compreendida com respeito a termos que têm supósitos acidentais apenas, e não para termos tendo supósitos essenciais. Assim, dizem que são falsas ‘todo homem existe’, ‘toda fênix existe’ e outras similares.<sup>30</sup>

---

<sup>28</sup> *Ad aliud dicendum quod esse essentiae quod repraesentat terminus, de suo significato habet ‘Caesar’, et tale praedicatur; et ita praedicatur ens de ente.* Libera 2009, 232. Ver também Pedro da Cornualha: *Et quod haec sit vera ‘Caesar est homo’ videtur, quia omnis propositio in cuius intellectu subiecti est praedicatum est vera per se. Sed sic est in propositio; quare etc. Probatio minoris: sequitur ‘Caesar est, ergo homo est’. Sed ista consequentia nulla esset nisi homo intelligeretur per Caesarem. Quare etc.* Pedro da Cornualha 142.

<sup>29</sup> Ver também, e.g, Henrique de Gand: *Cum enim dicitur “Sortes de necessitate est”, ibi copulatur esse actuale; sed cum dicitur “Sortes de necessitate est animal”, ibi copulatur esse habituale sive esse essenziale, quod est esse secundum quid respectu esse actualis.* Henrique de Gand, In Brakhuuis 1979, 368

<sup>30</sup> *Et cum obicitur eis quod, “terminus communis supponens verbo non habenti vim ampliandi etc.”, dicunt quod de numero terminorum sunt quidam, qui habent supposita essentialia vel accidentalia, ut ‘hominis’ essentialia supposita sunt Sor, Plato accidentalia, homo albus, veniens, sedens, etc., et haec eadem sunt primis, sed differunt in ratione, quia accidit homini quod currat vel disputat; sunt autem alii termini, qui habent solum supposita accidentalia, ut ‘album’, quia eorum esse est inesse: et ideo semper stant pro suppositis, qui actu sunt, nisi aliunde amplientur, ut a verbo praeteriti vel futuri, quae verba quodammodo extendunt terminos sibi subiectos, ut ‘album fuit’ vel ‘erit’; unde li ‘album’ stat pro ente actu, a verbo tamen habet quod stet pro praeterito vel futuro. Dicunt ergo quod praedicta ratio intelligenda est in terminis habentibus supposita accidentalia solum. Unde non est intelligenda in terminis respectu suppositorum essentialium. Ideo dicunt quod hae sunt falsae: ‘Omnis homo est’, ‘Omnis phoenix est’, et quaelibet consimilis.* Libera 2009, 232.

A distinção não se faz diretamente entre predicções essenciais e acidentais, mas entre supósitos essenciais e acidentais:

- xvi. *homo est animal* [o homem é animal]
- xvii. *homo est albus* [um homem é branco].<sup>31</sup>

O sujeito de (xvi) supõe por indivíduos inexistentes, de maneira que dela se seguem frases como (xv), e ela é verdadeira sobre situações nas quais não existem homens. (xvii), em contraste, só tem entre seus supósitos indivíduos existentes, de maneira que dela não se pode inferir

- xviii. *Caesar est albus* [César é branco].

(xviii) não pode tampouco ser verdadeira sobre situações nas quais não existem homens.

A tese metafísica que sustenta este padrão inferencial diz que, para acidentes, ser é ser inerente. Este *dictum* pouco explica, afinal de contas, propriedades essenciais são inerentes ao ser da essência. O ponto central é que propriedades essenciais podem inerir a um tipo de ser específico, que é distinto do ser efetivo. Voltando às inferências permitidas por diferentes tipos de ser, predicções essenciais não permitem a inferência da existência de seu portador, ao passo que predicções acidentais permitem esta inferência – este é, precisamente, o contraste entre (ix), uma implicação material falsa, e (x), verdadeira.<sup>32</sup>

A esta altura, podemos responder às perguntas feitas acima:

1. O princípio da independência vale para teorias medievais?
2. Que propriedades têm indivíduos inexistentes, se têm propriedades quaisquer?

---

<sup>31</sup> Como explicado na nota 22 acima, a escolha do artigo definido em (xvi) e do indefinido em (xvii) se deve à leitura genérica de ‘*homo*’ na primeira frase, designando o tipo, em oposição à leitura particular da segunda. O artigo obrigatório em português antecipa a leitura da frase, mas, tanto em latim quanto em português, a compreensão de ‘*homo*’ é guiada pelo contexto frástico, como prevê a teoria medieval. Note-se que a inclusão do artigo como constrangimento frástico sobre a interpretação da frase não é desconhecida da filosofia medieval – ver em particular o *signum materiale* ‘*ly*’ comandando a suposição material em Panaccio e Perini-Santos 2004, 221n.

<sup>32</sup> A extensão a indivíduos inexistentes aparece também em outro tipo de argumento. Numa situação na qual exista apenas um homem, para se explicar como /homem/ é uma espécie, que se define como o que é predicado de muitos, Nicolau da Cornualha recorre à predicção habitual (equivalente aqui à predicção essencial, i.e., recorrendo ao *esse essentiae* ou *esse habitudinale*) de indivíduos inexistentes: *Sed tunc sic sequitur: a habitualiter predicatur de b, ergo b est a sumpta habituali predicatione; cum igitur ‘fenix’ habitualiter predicatur de pluribus, et non est nisi unicus fenix actualiter existens, est igitur fenix non existens, fenix sumpta habituali predicatione; similiter, uno solo homine existente, homo est species, predicatur igitur habitualiter de pluribus, etc., et sic erit Sortes vel Plato non existens homo sumpta habituali predicatione. Quod concedunt quidam* Nicolau de Cornualha, *In* Lewry 1985, 43-44. Sobre este argumento, ver Goubier e Perini-Santos 2015.

3. O domínio do não ser é povoado por indivíduos?

Vou responder a estas perguntas na ordem inversa:

Sobre 3: O domínio do não ser é povoado por indivíduos, i.e., existem frases verdadeiras sobre indivíduos inexistentes, como é o caso de (xv);<sup>33</sup>

Sobre 2: indivíduos inexistentes têm propriedades essenciais apenas, não propriedades acidentais, por isto (xviii) é falsa – explica também o contraste entre (ix) e (x);

Sobre 1: Uma consequência de 2 e 3 é que o tipo de propriedade que um indivíduo tem depende de seu estatuto ontológico, considerando o *esse essentiae* como um tipo de estatuto ontológico, e portanto o princípio da independência não vale para esta literatura medieval.

#### 4. Sobre diferentes tipos de povoamento do domínio do além ser

A ideia que se deve postular um tipo específico de ser para a explicação da intencionalidade não é estranha a autores medievais. A postulação de um tipo especial de ser para explicar a intencionalidade tem sua origem em Avicena.<sup>34</sup> Duns Scotus e outros autores do século XIII opõem o *esse subiectivum* ao *esse obiectivum*, cuja existência depende de um ato mental.<sup>35</sup> Alguns autores postularam ainda um *esse spirituale* ou um *esse intentionale*, um tipo de ser intermediário entre objetos reais e a mente e a percepção, também com origem na

---

<sup>33</sup> Note-se que esta resposta talvez seja parcial: César é um indivíduo que existiu e não existe mais, ao passo que Sherlock Holmes é um personagem da ficção. Os exemplos iniciais, em (iii)-(v), não representam assim adequadamente a literatura medieval que nos ocupa.

<sup>34</sup> “Moreover, in this text Avicenna also forges a close connection between the object-directedness and mental-existence of intentions. In his opening account of the nature of the ‘impressions in the soul’ which mediate between language and the extramental things it signifies, Avicenna explicitly alludes to his metaphysical doctrine according to which there are two distinct but equally authentic modes of existence, one in external reality and the other in the mind.” Black 2010, 69.

<sup>35</sup> Ver, e.g., Tweedale: “The idea here is that something might have two ways of existing: (1) a real existence in way dependent being the object of any mental act or state; (2) existence as an object of some mental act or state. The former is the *esse subiectivum*; the later, *esse obiectivum*.” Tweedale 2007, 73. Para uma outra interpretação de Scotus: “Lorsque <Scot> parle de choses intelligibles ou intentionnelles, il n’aspire pas à introduire un nouveau type d’entités. Il ne veut pas affirmer qu’en dehors des espèces intelligibles et des choses matérielles, il existe un troisième type d’entités. Ce qui l’intéresse est plutôt ce qui est présent *dans* les espèces, autrement dit: le contenu représentationnel des espèces.” Perler 2003, 119. Ver também King 2007.



filosofia árabe.<sup>36</sup> Estas teorias levam a um domínio do ser dependente da mente, cujo papel teórico é explicar a conexão entre a mente e o mundo extramental.

O *esse essentiae* não é postulado para se manter a tese de que todo ato mental tem um objeto correlato, nem é um tipo de existência dependente da mente.<sup>37</sup> Henrique de Gand, na sua versão do sofisma ‘*omnis homo de necessitate est animal*’, distingue entre *esse actuale*, *esse essentiae* e *esse secundum animam*, mostrando precisamente que nem todo passo fora do ser efetivo leva ao mesmo lugar:

<...> quando se predica aquilo que é <parte> do conceito e da essência do sujeito [*quando predicatur illud quod est de intellectu et essentia subiecti*], <o sujeito> é unido ao ser da essência [*copulat esse essentie*], como em ‘o homem é animal’. Com efeito, assim como a palavra significando alguma coisa significa seu ser da essência absoluto [*esse essentie simpliciter*], e não seu ser efetivo, aquilo que <parte> da essência de algo e do seu conceito, enquanto é significado pela palavra enunciada do mesmo, não enuncia seu ser efetivo, mas seu <ser> da essência absoluto. E isto ocorre universalmente quando são predicados predicados essenciais ou tomados como essenciais, como em ‘a rosa é uma bela flor’. No entanto, quando se predica o ser segundo a alma [*ens secundum animam*], como imaginável, objeto de opinião [*opinabile*], então <o sujeito> não é unido nem ao ser absoluto, nem ao ser efetivo, mas ao ser diminuído, que é chamado ser segundo a alma, como em ‘quimera é objeto de opinião’. Quando, no entanto, se predica o acidente comum, que não é essencial ao sujeito, é posto o ser efetivo, porque seu ser ou seu inerir [*eius esse sive inesse*] põe a existência efetiva do sujeito, como em ‘um homem é branco’.<sup>38</sup>

O argumento central para a postulação de um tipo de ser diferente do ser efetivo é a distribuição correta de valores de verdade em sentenças sobre inexistentes, como é o caso

---

<sup>36</sup> “The concept of *esse spirituale* was introduced to label precisely this intermediate status. It offered medieval thinkers the prospect of a unified science of Alhazen’s optics and Avicenna’s psychology which had arrived in the Latin West more or less together.” Normore 2007, 125.

<sup>37</sup> Talvez esta observação não valha para todos os autores. Pedro João Olivi, por exemplo, explica do seguinte modo o *esse habituale*: <...> *esse habituale differt ab esse actuali, non quidem realiter, quasi sint diversa esse realiter in rebus existentia, sed solum differunt secundum diversas rationes sive modos quia esse habituale convenit rei prout esse intelligibilis absque cointelligentia suae actualis existentiae. Et ideo prima ratio sive primus modus potest ab intellectu accipit absque secunda. Sicut enim differt ratio essentiae a ratione suae actualis existentiae absque hoc inter se habeant aliquam differentiam vel compositionem realem, sic differt esse habituale ab esse actuali, quia primum esse respicit solam rationem essentiae et suorum essentialium in quantum se tenent cum ratione existentiae actuali.* Brown 1986, 345.

<sup>38</sup> <...> *quando predicatur illud quod est de intellectu et essentia subiecti, copulat esse essentie, ut ‘homo est animal’. Sicut enim vox significans aliquam rem significat eius esse essentie simpliciter et non esse eius actuale, sicut illud quod est de essentia alicuius et de intellectu eius, in quantum significatur per vocem enuntiatam de ipso, non enuntiat esse [huius] actuale de hoc, sed essentie simpliciter. Et hoc accidit universaliter, quando predicantur predicata essentialia vel tanquam essentialia accepta, ut ‘rosa est pulcher flos’. Quando vero predicatur ens secundum animam, ut ymaginabile, opinabile, tunc neque copulat esse simpliciter neque esse actuale sed diminutum, quod appellatur ens secundum animam, ut ‘chimera est opinabilis’. Quando vero predicatur accidens commune, quod non est essentialia subiecto, ponit esse actuale, quia eius esse sive inesse point actualem subiecti existentiam, ut ‘homo est albus.* Braakhuis 1979, 367.



para a disputa entre Meinong e Russell. No sofisma ‘*omnis homo de necessitate est animal*’, a explicação de uma determinada distribuição de valores de verdade de frases resulta de uma tese metafísica acerca da necessidade da essência face à contingência do mundo. A solução pela postulação do ser da essência não vem no entanto sem dificuldades, como se pode ver na formulação de Pedro da Cornualha:

Ainda, prova-se que o ser absoluto é o ser da relação [*quod esse simpliciter sit esse habitu*]: pois o ser da relação é assimilado ao ser da substância [*esse substantiae*], e o ser em ato [*esse actu*] é assimilado ao ser do acidente [*esse accidentis*]. Mas aquilo que é assimilado ao ser da substância merece mais o nome de ser absoluto do que aquilo que é assimilado ao acidente. Por isto etc. O ser da relação é incorruptível, o ser em ato, corruptível por isto <etc.><sup>39</sup>

Esta não é uma boa consequência: como o ser da essência pode ser considerado o *esse simpliciter*? A falácia *secundum quid et simpliciter*, em (ix) e (xiv) tem o *esse essentiae* como uma predicação *secundum quid*, em oposição ao *esse simpliciter* do ser em ato.<sup>40</sup> É preciso uma correção desta tese:

Mas não é o ser em ato associado ao ser dos acidentes, e o ser da relação ao ser da substância? Deve-se dizer que o ser da relação é o ser das essências, e o ser em ato, o ser do ente. Mas as essências são ditas coisas incompletas em relação aos entes, e apenas os entes são ditos completos. Os princípios, com efeito, não são completos senão nos principiados. Assim, não postulo que o ser em ato seja o ser do acidente, mas é o ser das substâncias dos entes e convêm mais verdadeiramente às substâncias que o ser da relação.<sup>41</sup>

Pedro da Cornualha mostra o desconforto ontológico da noção de ser da essência. Por um lado, o ser da relação é incorruptível, em oposição ao ser em ato, corruptível; por outro lado, ele não tem existência independente das substâncias das quais é a essência, que existem em ato. Ora, as substâncias não apenas são contingentes, como só existem com acidentes. A disponibilidade de propriedades acidentais, se se pode assim dizer, é a marca da existência em

---

<sup>39</sup> *Item, quod esse simpliciter sit esse habitu probatio: quia esse habitu assimilatur esse substantiae, esse actu assimilatur esse accidentis. Sed illud quod assimilatur substantiae magis mereretur nomen entis simpliciter quam illud quod assimilatur accidenti, quare etc. Item esse habitu est incorruptibile, esse actu corruptibile quare <etc.>* Pedro da Cornualha, CIMAGL, 140.

<sup>40</sup> O texto citado na nota acima é, com efeito, um argumento precisamente contrário à associação do *esse actu* ao *esse simpliciter*: *Ex quo tunc esse praedicatur de esse actu et habitu, et simpliciter dicitur de esse actu et secundum quid de esse habitu, quando tunc per se ponitur stabit pro modo eius famosiori et ita pro esse actu.* Pedro da Cornualha, 140.

<sup>41</sup> *Sed nonne assimilatur esse actu esse accidentia et esse habitu esse substantiae? Dicendum quod esse habitu est esse essentiarum, esse actu est esse entis. Sed essentiae dicuntur res incompletae respectu entium, et solum entia dicuntur completa. Principia enim non sunt completa nisi prout sunt in principiatis. Unde non pono quod esse actu sit esse accidentis, sed est esse substantiarum entium et verius convenit substantias quam esse habitu.* Idem 149

ato, mas é inadequado dizer que a existência em ato é a existência dos acidentes – a existência em ato é a existência das substâncias.

João Pedro Olivi também julga dever esclarecer este ponto:

Em relação ao segundo ponto, deve-se dizer que como os acidentes não têm uma relação essencial [*non habent habitudinem essentialem*] com o seu sujeito, mas antes <uma relação> accidental, quando o verbo ser [*verbumessendi*] tomado com um acidente é predicado de algum sujeito, significa mais o ser efetivo da inerência [*esse actuale inhaerentiae*] do que o ser da relação. Assim, segue-se ‘um homem é branco, logo existe’, não porque <os predicados> accidentais digam mais o ser do sujeito do que <os predicados> essenciais, mas apenas pela causa acima exposta.<sup>42</sup>

Predicados accidentais permitem a inferência do terceiro para o segundo adjacente porque não significam uma relação essencial que permitiria a verdade do antecedente (*a est F*) sem a verdade do consequente (*a est*), o que precisamente parece estar disponível para predicacões essenciais.

## 5. Conclusão

Há mais de uma motivação para a extensão da ontologia. Os objetos meinonguianos além do ser servem a pelo menos a dois fins: a explicação da intencionalidade e a distribuição intuitiva de valores de verdade para sentenças acerca de inexistentes, não apenas existências negativas, mas também aquelas que fazem predicacões que julgamos verdadeiras acerca de inexistentes.<sup>43</sup> Estes dois tipos de motivação têm respostas distintas na filosofia medieval. De um lado, as diferentes versões do *ens intentionale*, oficialmente um *ens diminutum*, servem à explicação da intencionalidade e postulam um ser dependente da mente, ou pelo menos uma existência na mente. De outro, o *esse essentiae*, cuja existência parece ser em geral vista como não dependente da mente e serve à distribuição correta de valores de verdade para sentenças sobre inexistentes, em particular para asserções necessárias acerca do mundo contingente.

---

<sup>42</sup> *Ad secundum dicendum quod quia accidentia non habent habitudinem essentialem ad suum subiectum, sed potius accidentalem, propter scilicet actualem inhaerentiam ad sua subiecta, idcirco quando verbum essendi sumptum cum accidentem praedicatur de aliquo subiecto, potius significat esse actuale inhaerentiae quam esse habituale. Quod igitur sequatur ‘Homo est albus, ergo homo est’, non est ex hoc quod accidentalia plus dicant de esse subiecti quam essentialia, sed solum ex causa praedicta.* Brown 1986, 345.

<sup>43</sup> Ver assim as motivações para uma teoria Meinonguiana em Routley, que inclui a atribuição de propriedades a inexistentes – incluindo objetos ficcionais e aqueles postulados em hipóteses científicas -, existenciais negativas e o tratamento de contextos intencionais, i.e., a explicação brentaniana da intencionalidade, ver Routley 1980, 28-38.

A recusa do princípio da independência Meinonguiano é uma marca da separação de funções teóricas. Por um lado, seguindo a motivação medieval para a postulação do ser da essência, a manutenção de predicções necessárias num mundo contingente deve dizer respeito a propriedades essenciais. Por outro lado, uma vez que o interesse reside na explicação da intencionalidade, não há motivo para a restrição do tipo de predicção que pode ser feita sobre inexistentes. Esta distinção é um elemento para o *dossiê* da comparação entre teorias medievais e teorias contemporâneas que remontam a Brentano e a Meinong. Independentemente do seu valor comparativo, que, de qualquer modo, se restringe a uma pequena porção da ainda relativamente pouco explorada da literatura filosófica dos séculos XIII e XIV, espero que esta seja mais uma janela de entrada no fascinante mundo dos sofismas medievais.<sup>44</sup>

---

<sup>44</sup> Agradeço Rodrigo Guerizoli pela leitura atenta do texto e Pedro Calixto, pela oportunidade de publicar neste volume dedicado à filosofia medieval.

## BIBLIOGRAFIA:

- BERTO, Francesco. *Existente as a Real Property*. Dordrecht, Springer. 2013.
- BLACK, Deborah. Intentionality in Medieval Arabic Philosophy. *Quaestio* 10 (2010), 65-81.
- BRAAKHUIS, H.A.G. *De 13e eeuwse Tractaten over Syncategorematische Termen*. Leiden. 1979.
- BRAIDA, Celso. *Três Aberturas em Ontologia: Frege, Twardoski e Meinong*. Organização, tradução e apresentação de C. Braida. Versão digital. Rocca Brayde, Florianópolis, 2005.
- BRENTANO, Franz. *Psychology from an Empirical Standpoint*. Trans. A. Rancurello, D. B. Terrell e L. L. McLister. Londres, Routledge. 1973 (1874).
- BROWN, Stephen F. Petrus Ioannis Olivi, 'Quaestiones Logicales': Critical Edition. *Traditio* 42 (1986), 335-388.
- EBBESSEN, Sten. The Dead Man is Alive. *Synthese* 40 (1979). 43-70. [1]<sub>SEP</sub>
- EBBESSEN, Sten, The Chimera's Diary. In S. Knuutila and J. Hintikka (eds.), *The Logic of Being*. Dordrecht, Reidel. 1986, 115-143.
- EBBESSEN, Sten. 'Talking about what is no more. Texts by Peter of Cornwall (?), Richard of Clive, Simon of Faversham, and Radulphus Brito'. *Cahiers du Moyen-Age Grec et Latin* 55 (1987), 135-168.
- EBBESSEN, Sten e Frédéric Goubier. *A Catalogue of 13<sup>th</sup> Century Sophismata*. Part I – Introduction and Indices. Paris, Vrin. 2010.
- GOUBIER, Frédéric e PERINI-SANTOS, Ernesto. When the world is not enough: medieval ways to deal with the lack of referentes. *Logica Universalis* 9 (2015), 213-235.
- KING, Peter. Rethinking Representation in the Middle Ages: a *Vade-Mecum* to Medieval Theories of Mental Representation. In Lagerlund, H. (ed.) *Representation and Objects of Thought in Medieval Philosophy*. Aldershot, Ashgate. 2007. 81-100.
- LEWRY, Osmund. Oxford Logic 1250-1275: Nicholas and Peter of Cornwall on Past and Future Realities. In Lewry, O. (ed.) *The Rise of British Logic*. Toronto, Pontifical Institute of Medieval Studies. 1985. 19-62.
- LIBERA, Alain de. Roger Bacon et la Référence Vide – Sur quelques antécédents médiévaux du paradoxe de Meinong. In *Lectio Varietates* Paris, Vrin, 1991. 87-120.
- LIBERA, Alain de. *La Référence Vide – Théories de la proposition*. Paris, Vrin, 2007.
- LIBERA, Alain de. Faire de necessite loi. Théories de la modalité dans le *sofisma* 'Omnis homo de necessitate est animal' du *codex parisinus* 16135, F<sup>o</sup> 11rb-12rb. *Archives d'Histoire Doctrinale et Littéraire du Moyen Age*. 76 (2009), 179-233.
- MÁRQUEZ, Ana Maria Mora. *Omnis homo de necessitate est animal* : Significación y Referencia Vacía en la Segunda Mitad del Siglo XIII. *Kriterion* 131 (2015), 271-289.
- NORMORE, Calvin. The Matter of Thought. In Lagerlund, H. (ed.) *Representation and Objects of Thought in Medieval Philosophy*. Aldershot, Ashgate. 2007. 117-134.
- PANACCIO, Claude e PERINI-SANTOS, Ernesto. Guillaume d'Ockham et la *suppositio materialis*. *Vivarium* 42 (2004), 202-224.
- PERINI-SANTOS, Ernesto. Mapeando argumentos no sofisma 'omnis homo de necessitate est animal'. *Dois pontos* 7 (2010), 11-22.
- PERLER, Dominik. *Théories de l'Intentionnalité au Moyen Age*. Paris, Vrin. 2003.

- PERSZYK, Kenneth. *Nonexistent Objects: Meinong and Contemporary Philosophy*. Dordrecht, Kluwer. 1993.
- PRIEST, Graham. *Towards Non-Being – The Logic and Metaphysics of Intentionality*. Oxford, Oxford University Press. 2005.
- ROUTLEY, Richard. *Exploring Meinong's Jungle and Beyond*. Departmental Monographs n. 3. Canberra, Research School of Social Sciences, 1980.
- STERKEN, Rachel K. The Meaning of Generics. *Philosophy Compass* 12 (2017): e12431.
- TWEEDALE, Martin. Representation in Scholastic Epistemology. In Lagerlund, H. (ed.) *Representation and Objects of Thought in Medieval Philosophy*. Aldershot, Ashgate. 2007. 63-80.